



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2026.09.10.02
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026.09.10.02

O MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA – CEARÁ torna público que promoverá licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, conforme especificações constantes do Anexo I deste edital. A presente licitação será processada conforme as disposições da Constituição Federal em seus artigos 37, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021 de 1 de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE;

LOCAL: M2A COMPRAS - <https://compras.m2atecnologia.com.br/>;

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS;

INICIO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17 DE SETEMBRO DE 2026;

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 30 DE SETEMBRO DE 2026, às 13h29min;

ABERTURA E ANÁLISE DE PROPOSTA: 30 DE SETEMBRO DE 2026, às 13h30min;

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 30 DE SETEMBRO DE 2026, às 13h30min;

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO;

DA FORMA DE FORNECIMENTO: DE ACORDO COM A DEMANDA;

DO ACESSO AO EDITAL: no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Guaramiranga, endereço eletrônico <https://www.guaramiranga.ce.gov.br/licitacaolista.php> e no Portal de Licitações dos Municípios do TCE-CE, endereço eletrônico <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>, e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação cuida do **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA COZINHA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, neste Edital e seus anexos.

1.2. Caberá a SECRETARIA DE EDUCACAO do Município de Guaramiranga/Ce o gerenciamento da Ata de Registro de Preços, no seu aspecto operacional e nas questões legais.



2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Plataforma M2A COMPRAS, no endereço <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. A obtenção do benefício a que se refere a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00).

2.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006. Quando for o caso.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.



2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta de preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até o prazo do término do recebimento de propostas.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.2.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

3.2.2. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

3.2.3. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.2.4. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei 8.213/1991.

3.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “nenhuma”, apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ao 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, a partir da fase de julgamento e aceitação das propostas.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para providências.

4. DO PREENCHIMENTO E ENVIO DA PROPOSTA

4.1 As licitações aptas para o recebimento de propostas estão disponíveis na Plataforma M2A COMPRAS no menu “**Sala de Disputa**”, no campo das licitações na coluna (menu) da etapa “**Aberto para receber propostas**”.

4.1.1. O licitante interessado poderá utilizar filtros de buscas e selecionar o lote/item de interesse e, posteriormente preencher os campos exigidos no sistema e finalizar no comando “enviar proposta”.

4.1.2. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento prévio das informações exigidas no Sistema.

4.1.3. O Acesso para participar das licitações está condicionado ao cadastro prévio do interessado na Plataforma M2A COMPRAS Licitações.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Eventual sobrepreço ou superfaturamento da proposta ou lance poderá ser objeto de apuração de responsabilidade.

4.12. Independente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.13. Quando for exigido pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante deverá preencher a ficha técnica do produto ou serviços, juntamente com as informações adicionais. A ficha técnica, quando obrigatória, será enviada através de comando próprio disponível no Sistema ao licitante.

4.13.1. O licitante não poderá em hipótese nenhuma se identificar na ficha técnica, sob pena de desclassificação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública,
- 5.3. Quando autorizado e devidamente justificado pelo(a) Pregoeiro(a), os licitantes poderão alterar a proposta anteriormente inserida no sistema durante a fase de análise de propostas.
- 5.3.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item ou global do lote, de acordo com o modo de disputa.
- 5.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, de acordo com o critério de julgamento.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**.
- 5.11. No pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

5.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 5.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.18.2.2 empresas brasileiras;
- 5.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.19.4.1 O prazo de duas horas é o mínimo possível, podendo ser aumentado caso a Administração entenda pertinente, conforme [art. 29, § 2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 5.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.21.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.21.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.21.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22 Será desclassificada a proposta que:
- 5.22.1 contiver vícios insanáveis;
- 5.22.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 5.22.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.22.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.22.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

5.23 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

5.23.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- 5.23.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 5.23.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

5.24 Em contratação de **SERVIÇOS DE ENGENHARIA**, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 5.24.1 *Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;*
- 5.24.2 *No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
- 5.24.3 *No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.*
- 5.24.4 *Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.*

5.25 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.26 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

5.26.1 *Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.*

5.27 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.27.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.27.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.27.3 O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada**, em campo próprio do Sistema, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. **Sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.**

5.27.4 É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.28 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

5.28.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

5.28.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.28.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no termo de referência, a proposta do licitante será recusada.

5.28.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6 DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Encerrada a etapa de negociação e aceitação, será iniciada a fase de Habilitação, onde será disponibilizado ao licitante classificado em primeiro lugar, o comando para inserção dos documentos de Habilitação. **O prazo para a inserção dos documentos solicitados neste edital será de 02 (duas) horas, a contar do disparo da mensagem da liberação do comando para inserção dos documentos, sujeito a desclassificação, caso não faça no tempo determinado.**

7.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Registro Cadastral ou Registro de Sanções Administrativas do órgão licitante, se houver; e
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.3 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 23/06.

7.5 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos do licitante melhor classificado para fins de habilitação, nos termos dos.

8 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

e) **CÓPIA RG E CPF DO(S) SÓCIO(S) ADMINISTRATOR(S) OU TITULAR DA PESSOA JURÍDICA.**

9 REGULARIDADE FISCAL FEDERAL E TRABALHISTA

9.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.1.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.3 Prova de regularidade perante a Fazenda federal, dentro do prazo de validade, na forma da lei;

9.1.4 Prova de regularidade perante a Fazenda estadual do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade, na forma da lei;

9.1.5 Prova de regularidade perante a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade, na forma da lei;

9.1.6 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;

9.1.7 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, dentro do prazo de validade;



Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Para efeito do disposto no item acima, as ME e EPP, por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Será inabilitado o licitante que não atender às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, a ME ou EPP que não apresentar a regularização da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista no prazo definido no item acima.

10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, fornecido através de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis em características com o objeto da licitação;

10.2 Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item a), instrumento de nota fiscal/contrato de fornecimento, respectivos ao qual o atestado faz vinculação.

11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1 **Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**

11.2 Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a) Sociedades empresariais em geral: registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

a.1.1) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

a.1.2) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

a.1.3) **As empresas constituídas á menos de um ano:** apresentarão deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) Entende-se que a expressão “**na forma da lei**” constante no item a), no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento).

c) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.

d) A empresa optante pelo *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED* poderá apresentá-lo **na forma da lei**.

e) Entende-se que a expressão “**na forma da lei**” constante no item d) engloba, no mínimo:

- Balanço Patrimonial;
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício;
- Termos de abertura e de encerramento;
- Recibo de entrega de escrituração contábil digital; (Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018);
- Comprovantes/termos de autenticações digitais (assinatura digital), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

OBS¹: A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. (Art. 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018).

f) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

g) A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do *Sistema Público de Escrituração Digital – SPED*. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo;

11.2.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro de prazo de validade;

11.2.1.1 Na ausência da Certidão, a licitante em Recuperação Judicial deverá comprovar a sua viabilidade econômica, mediante documento (certidão ou assemelhado) emitido pela instância judicial competente; ou concessão judicial da recuperação, nos termos do artigo 58 da Lei 14.112/2020; ou homologação do plano de recuperação extrajudicial, no caso da licitante se encontrar em recuperação extrajudicial, nos termos do artigo 164, § 5º da lei 14.112/2020.



12 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES DE APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA:

12.1 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

12.2 Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital.

12.3 Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal

12.3.1 Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

12.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão apresentados por meio eletrônico, via Sistema M2A COMPRAS.

12.4.1 Havendo dúvida sobre a veracidade do documento, será exigida a apresentação dos originais não-digitais;

12.4.2 Na hipótese de o documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, **o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

12.5 Eventual inabilitação do licitante será considerada para fins de apuração da veracidade das informações prestadas na declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, conforme o art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.

12.6 A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7 Os documentos adicionais exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo estipulado pelo(a) Pregoeiro(a).

12.8 Após a vinculação dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência:

12.8.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



12.9 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.10 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

13 DOS RECURSOS

13.1 A interposição de recurso contra a decisão proferida pelo(a) Pregoeiro(a) observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

13.3 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor, sob pena de preclusão.

13.3.1 O tempo para manifestação da intenção de recurso será de 10 minutos, podendo o(a) Pregoeiro(a) dar provimento ou negar o mesmo.

13.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 14.1.2.3 injustificadamente, pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 14.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 14.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 14.1.5 fraudar a licitação
- 14.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 14.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 14.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 14.2.1 advertência;
- 14.2.2 multa;
- 14.2.3 impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei 14.133/2021.

14.4 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei 14.133/2021.

14.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

15 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



15.3 A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, via Sistema M2A COMPRAS.

15.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.3 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 17.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 17.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 17.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

- 17.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
- 17.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 17.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 17.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 17.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 17.1.5 fraudar a licitação
- 17.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 17.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 17.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 17.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 17.1.8 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 17.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 17.2.1 advertência;
 - 17.2.2 multa;
 - 17.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 17.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 17.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 17.3.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 17.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 17.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 17.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 17.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **90 (noventa) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 17.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1; 11.1.2 e 11.1.2, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
 - 17.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4; 11.1.5; 11.1.6; 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

17.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1; 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Guaramiranga, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4; 11.1.5; 11.1.6; 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1; 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

17.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

17.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



18 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9 O Manual de operações da Plataforma M2A COMPRAS Licitações encontra-se disponível aos interessados no Portal <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

18.10 Dúvidas ou esclarecimentos adicionais sobre o uso da Plataforma M2A COMPRAS Licitações podem ser obtidas nos canais de atendimento da Plataforma M2A COMPRAS Licitações, por e-mail, whatsapp, telefone e chat disponíveis no Portal <https://compras.m2atecnologia.com.br/>.

18.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.12 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Guaramiranga, endereço eletrônico <https://www.guaramiranga.ce.gov.br/licitacaolista.php> e no Portal de Licitações dos Municípios do TCE-CE, endereço eletrônico <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

18.13 Quaisquer informações poderão ser obtidas diretamente no Setor de Licitação da Prefeitura de Guaramiranga, situada na Travessa Cícero Segundo da Costa, S/N, Centro, Guaramiranga/CE, ou pelo e-mail licitabaturite2023@gmail.com

18.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



- 18.14.1 ANEXO I – Termo de Referência;
- 18.14.2 ANEXO II – Modelos de Declarações;
- a) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal;
- 18.14.3 ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 18.14.4 ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

Guaramiranga - CE, 15 DE SETEMBRO DE 2026.

Francisco Walbert Felipe Silva Dantas
ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA DE EDUCACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA/CE
Órgão Gerenciador



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

(Conforme Documento Anexo)

1. OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA COZINHA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA/CE.

2. DESCRIÇÃO DA NECESIDADE:

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar condições adequadas de funcionamento das cozinhas das escolas integrantes da Rede Municipal de Ensino de Guaramiranga/CE, mediante a aquisição de equipamentos destinados ao preparo, conservação, armazenamento e distribuição dos alimentos fornecidos aos alunos da rede pública municipal.

As unidades escolares necessitam dispor de equipamentos de cozinha em quantidade e condições adequadas para atender à demanda diária de preparação da alimentação escolar, observando os requisitos de higiene, segurança, funcionalidade e eficiência necessários à execução das atividades desenvolvidas pelas equipes responsáveis pela alimentação escolar.

A aquisição também se justifica pela necessidade de substituição de equipamentos que apresentem desgaste decorrente do uso contínuo, avarias ou obsolescência, bem como pela necessidade de equipar ou complementar a estrutura das unidades escolares, de modo a garantir melhores condições para a execução dos serviços de alimentação escolar.

Nesse contexto, a disponibilidade de equipamentos adequados contribui para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais responsáveis pela preparação das refeições, para a adequada conservação e manipulação dos gêneros alimentícios e para a manutenção dos padrões de qualidade e segurança necessários ao fornecimento da alimentação aos estudantes.

A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da possibilidade de as demandas ocorrerem de forma parcelada e conforme as necessidades efetivamente verificadas ao longo da vigência da ata, permitindo à Administração realizar as aquisições de acordo com o planejamento e a disponibilidade orçamentária, evitando a formação de estoques desnecessários e promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

Dessa forma, a contratação visa proporcionar às escolas da Rede Municipal de Ensino infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades relacionadas à alimentação escolar, contribuindo para a continuidade e regularidade dos serviços educacionais prestados pelo Município.

2.1- OBJETIVOS:

É um direito dos estudantes, educar-se em um ambiente seguro, saudável e atrativo. Especialmente quando se trata de alunos com idades mais jovens, como crianças e adolescentes.

2.2- BENEFICIÁRIOS:

Alunos e Escolas da Rede Municipal de ensino.

2.3 - LOCALIZAÇÃO:

O fornecimento dos bens licitados se dará mediante expedição de ORDENS DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, por parte da administração ao licitante vencedor, que serão de forma parcelada, de acordo com a conveniência e oportunidade administrativa, a necessidade e disponibilidade financeira da Secretaria Gestora, na sede deste Município.

2.4. RESULTADOS ESPERADOS

A contratação da empresa que fornecerá o material, deverá atender todas as exigências legais, de transporte, de prazo e conforme especificação do edital. Os contratados deverão obedecer às regras estabelecidas no edital de licitação, conforme Documento de Formalização de Demanda, e o Estudo Técnico Preliminar.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES:

3.1. Os orçamentos foram realizados conforme as normas estabelecidas pela Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito Do Poder Legislativo ou Município de Guaramiranga / CE. Ainda de acordo com o Art. 3º dessa IN, segue informações mínimas necessárias sobre a Pesquisa de Preços que integra esse Processo: I - Foi designado(a) o(a) servidor(a) JULIANA CEZÁRIO DA SILVA, como o agente responsável pela cotação; II - A pesquisa de preço foi realizada considerando os parâmetros dispostos no art. 5º, § 1º, da Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021, empregados de forma combinada: prioritariamente, foram consultados os preços através do sítio “precodereferencia.m2atecnologia.com.br”, uma ferramenta informatizada, cuja pesquisa baseia-se em resultados de licitações adjudicadas e/ou homologadas realizadas pela administração pública o que contempla os parâmetros dos incisos I e II do art. 5º da IN nº 65/2021 (pesquisa de compras públicas dos Municípios do Estado do Ceará, Governo do Estado do Ceará e Governo Federal e pesquisa em contratações públicas similares). Considerando o Art. 6º dessa IN nº 65/2021 foi utilizado, após feito a pesquisas, não encontrando itens, foram feitas através de cotação via e-mail, como método para obtenção do preço estimado, a média e média saneada dos valores obtidos na pesquisa de preços. **O valor estimado global é de R\$ 1.776.656,42 (um milhão setecentos e setenta seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta e dois centavos).**

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VR UNT	VR TOTAL
1	ARMÁRIO VERTICAL COM 02 PORTAS – ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO VERTICAL COM 02 PORTAS EM AÇO INOXIDÁVEL DESTINADO AO ARMAZENAMENTO, ORGANIZAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE UTENSÍLIOS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, EMBALAGENS, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS INSUMOS UTILIZADOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS, HOSPITAIS, LABORATÓRIOS, UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO E OUTROS AMBIENTES. EQUIPAMENTO COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1.000 MM DE LARGURA, 500 MM DE PROFUNDIDADE E 1.500 MM DE ALTURA, FABRICADO INTEGRALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304, UTILIZANDO CHAPAS NAS ESPESSURAS #20 (1,00 MM) E #22 (0,80 MM). POSSUI ESTRUTURA REFORÇADA, GARANTINDO ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, ESTABILIDADE E LONGA VIDA ÚTIL.	UNID	30	R\$ 6.020,76	R\$ 180.622,80

	DOTADO DE 03 (TRÊS) PRATELEIRAS LISAS PARA ARMAZENAMENTO DOS MATERIAIS E 02 (DUAS) PORTAS DE ABRIR COM PUXADORES EMBUTIDOS, PROPORCIONANDO PRATICIDADE DE UTILIZAÇÃO, SEGURANÇA E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO. A BASE EQUIPADA COM PÉS NIVELADORES TIPO FLANGE RETANGULAR, PERMITINDO O PERFEITO NIVELAMENTO DO EQUIPAMENTO EM PISOS IRREGULARES. ACABAMENTO ESCOVADO SANITÁRIO, COM SUPERFÍCIES LISAS, CANTOS ARREDONDADOS, SOLDAS CONTÍNUAS PELO PROCESSO TIG COM PROTEÇÃO EM GÁS ARGÔNIO, SEM FRESTAS, REBARBAS OU IMPERFEIÇÕES, FACILITANDO A LIMPEZA E ATENDENDO ÀS NORMAS DE HIGIENE PARA AMBIENTES PROFISSIONAIS. O PROCESSO DE FABRICAÇÃO CONTEMPLA CORTE A LASER YAG, DOBRAS EM MÁQUINAS CNC E MONTAGEM, GARANTINDO ELEVADA PRECISÃO DIMENSIONAL, ROBUSTEZ ESTRUTURAL E EXCELENTE ACABAMENTO.				
2	ARMÁRIO HORIZONTAL – ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO HORIZONTAL FABRICADO EM AÇO INOX AISI 304, COM CHAPAS DE ESPESSURA (1,00 MM) E (0,80 MM), GARANTINDO RESISTÊNCIA MECÂNICA, DURABILIDADE E PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO. POSSUI ESTRUTURA REFORÇADA, COM PLANOS E REFORÇOS ESTRUTURAIS QUE ASSEGURAM MAIOR ESTABILIDADE E CAPACIDADE DE CARGA. CONTA COM ESPELHO NA PARTE POSTERIOR, PROPORCIONANDO MELHOR ACABAMENTO E PROTEÇÃO DA PAREDE. EQUIPADO COM 01 PRATELEIRA INTERNA LISA, PERMITINDO ORGANIZAÇÃO EFICIENTE DOS ITENS ARMAZENADOS. DISPÕE DE 02 PORTAS DE CORRER COM PUXADORES EMBUTIDOS, QUE PROPORCIONAM PRATICIDADE NO MANUSEIO E APROVEITAMENTO DO ESPAÇO. BASE EQUIPADA COM PÉS NIVELADORES TIPO FLANGE RETANGULAR, PERMITINDO AJUSTE DE ALTURA E ESTABILIDADE EM DIFERENTES TIPOS DE PISO. APRESENTA ACABAMENTO ESCOVADO SANITÁRIO, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E ATENDENDO ÀS NORMAS DE ASSEPSIA. DIMENSÕES APROXIMADAS: 1200 X 700 X 900 MM (L X P X A).	UNID	20	R\$ 5.055,84	R\$ 101.116,80
3	ARMÁRIO SUSPENSO – ESPECIFICAÇÃO: ARMÁRIO SUSPENSO EM AÇO INOXIDÁVEL, DESTINADO AO ARMAZENAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE UTENSÍLIOS E INSUMOS, INDICADO PARA COZINHAS INDUSTRIAIS. FABRICADO EM AÇO INOX AISI 304, COM CHAPAS DE ESPESSURA (1,00 MM) E (0,80 MM), GARANTINDO ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, DURABILIDADE E PROTEÇÃO CONTRA CORROSÃO. POSSUI ESTRUTURA REFORÇADA COM PLANOS E REFORÇOS ESTRUTURAIS QUE ASSEGURAM MAIOR ESTABILIDADE E CAPACIDADE DE CARGA. CONTA COM 01 PRATELEIRA INTERNA LISA, PERMITINDO MELHOR ORGANIZAÇÃO DOS ITENS ARMAZENADOS. DISPÕE DE 02 PORTAS COM	UNID	30	R\$ 4.009,98	R\$ 120.299,40



GUARAMIRANGA
GOVERNO MUNICIPAL

	PUXADORES EMBUTIDOS, PROPORCIONANDO PRATICIDADE NO MANUSEIO E MELHOR APROVEITAMENTO DO ESPAÇO. APRESENTA ACABAMENTO ESCOVADO SANITÁRIO, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E ATENDENDO ÀS NORMAS DE ASSEPSIA. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1200 X 400 X 450 MM (L X P X A).				
4	BALANÇA DIGITAL COM CAPACIDADE DE ATÉ 150 KG – ESPECIFICAÇÃO: BALANÇA DIGITAL COM CAPACIDADE DE ATÉ 150 KG, POSSUI 4 OPÇÕES DE PESAGENS DE 35 À 150KG. INDICADOR IDR 7.500 COM ATÉ 7.500 DIVISÕES, PROPORCIONANDO MAIS PRECISÃO NAS PESAGENS E EVITANDO PERDAS DE INSUMOS. POSSUI SEU INDICADOR DE PESO FIXADO EM UMA COLUNA BAIXA, DISPLAYS DE LED VERMELHO DE ALTO BRILHO, IDEAL PARA AMBIENTES DE POUCA LUMINOSIDADE. O INDICADOR DE PESAGEM É EM IDR ABS TOTALMENTE INJETADO EM ABS O QUE O TORNA ALTAMENTE RESISTENTE E LEVE. LIVRE DE FERRUGEM, PODENDO SER UTILIZADO EM ÁREAS LITORÂNEAS OU EM AMBIENTES CORROSIVOS. ACABAMENTO ESMERADO E DESIGN ULTRAMODERNO. BALANÇA POSSUI BANDEJA DE PESAGEM EM AÇO INOX 430, AUMENTANDO A DURABILIDADE E VIDA ÚTIL, IDEAL PARA PESAGEM DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS. FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. ESTRUTURA DA PLATAFORMA PROJETADA EM AÇO CARBONO, ESTRUTURA ALTAMENTE RESISTENTE COM PERFIL BAIXO E CÉLULA ÚNICA. COM PINTURA EPÓXI PÓ NA COR GRAFITE. PÉS REGULÁVEIS DE BORRACHA EVITANDO QUE A BALANÇA SAIA DO LUGAR. PODEM SER NIVELADOS.	UNID	2	R\$ 3.868,26	R\$ 7.736,52
5	BEBEDOURO INDUSTRIAL 50L – ESPECIFICAÇÃO: EM AÇO INOX 430 COM PVC; PINTADO: BEBEDOURO EM AÇO GALVANIZADO, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EMBUTIDO, SERPENTINA EM AÇO INOX 304, APARADOR DE ÁGUA FRONTAL EM AÇO INOX 430 COM DRENO, RESERVATÓRIO PP (POLIPROPILENO ATÓXICO), BOIA PARA CONTROLE DE ENTRADA DE ÁGUA; ISOLAMENTO EM EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO); O MATERIAL É ATÓXICO E PREVINE A PROLIFERAÇÃO DE MICRORGANISMOS, PORTANTO, NÃO CONTAMINA A ÁGUA; GÁS R-134ª ECOLÓGICO (NÃO PREJUDICIAL À CAMADA DE OZÔNIO), CONTROLE DE TEMPERATURA POR MEIO DE TERMOSTATO COM 7 NÍVEIS. COMPRESSOR: 1/8 HP; CONSUMO DE ENERGIA: 2 TORNEIRAS PADRÃO; INDICADO PARA AMBIENTES DE GRANDE CIRCULAÇÃO; TENSÕES 127V OU 220V. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: (ALTURA) 1280MM X (PROFUNDIDADE) 400MM X (LARGURA) 445MM.	UNID	10	R\$ 3.932,46	R\$ 39.324,60
6	BEBEDOURO INDUSTRIAL 200L – ESPECIFICAÇÃO: EM AÇO INOX 430 COM PVC; PINTADO: BEBEDOURO EM AÇO GALVANIZADO, SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO EMBUTIDO, SERPENTINA EM AÇO INOX 304, APARADOR DE ÁGUA FRONTAL EM AÇO	UNID	10	R\$ 6.458,60	R\$ 64.586,00



GUARAMIRANGA

GOVERNO MUNICIPAL

	INOX 430 COM DRENO, RESERVATÓRIO PP (POLIPROPILENO ATÓXICO), BOIA PARA CONTROLE DE ENTRADA DE ÁGUA; ISOLAMENTO EM EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO); O MATERIAL É ATÓXICO E PREVINE A PROLIFERAÇÃO DE MICRORGANISMOS, PORTANTO, NÃO CONTAMINA A ÁGUA; GÁS R-134ª ECOLÓGICO (NÃO PREJUDICIAL À CAMADA DE OZÔNIO), CONTROLE DE TEMPERATURA POR MEIO DE TERMOSTATO COM 7 NÍVEIS. COMPRESSOR: 1/5 HP; CONSUMO DE ENERGIA: 5 TORNEIRAS PADRÃO; INDICADO PARA AMBIENTES DE GRANDE CIRCULAÇÃO; TENSÕES 127V OU 220V. DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO: (ALTURA) 1280MM X (PROFUNDIDADE) 400MM X (LARGURA) 960MM.				
7	ESTUFA DE ALIMENTOS 6 CUBAS – ESPECIFICAÇÃO: EQUIPAMENTO DESTINADO À MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA E EXPOSIÇÃO DE ALIMENTOS PREPARADOS, INDICADO PARA COZINHAS INDUSTRIAIS, REFEITÓRIOS E DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA. ESTRUTURA TUBULAR REFORÇADA EM TUBO DE APROXIMADAMENTE 1.1/2”, CURVADA EM MÁQUINA ESPECIALIZADA, COM ESTRUTURA CROMADO, PROPORCIONANDO ELEVADA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. CORPO E RESERVATÓRIO DE BANHO-MARIA CONFECCIONADOS EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430, RESISTENTES À CORROSÃO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. EQUIPAMENTO FORNECIDO COM 06 CUBAS PADRÃO GN 1/2 EM AÇO INOXIDÁVEL, ACOMPANHADAS DE TAMPAS EM AÇO INOXIDÁVEL. SISTEMA DE AQUECIMENTO POR BANHO-MARIA COM CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO REGULÁVEL, OPERANDO EM FAIXA APROXIMADA DE 20°C A 80°C, PERMITINDO A CONSERVAÇÃO ADEQUADA DOS ALIMENTOS. POSSUI LED INDICATIVO DE FUNCIONAMENTO E BOTÃO DE REGULAGEM DO TERMOSTATO PARA CONTROLE PRECISO DA TEMPERATURA. MEDIDAS APROXIMADAS: 1.290 MM (ALTURA) X 1.110 MM (LARGURA) X 680 MM (PROFUNDIDADE).	UNID	5	R\$ 4.135,19	R\$ 20.675,95
8	ESTUFA DE ALIMENTOS 8 CUBAS – ESPECIFICAÇÃO: EQUIPAMENTO DESTINADO À MANUTENÇÃO DA TEMPERATURA E EXPOSIÇÃO DE ALIMENTOS PREPARADOS, INDICADO PARA COZINHAS INDUSTRIAIS, REFEITÓRIOS E DEMAIS ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA. ESTRUTURA TUBULAR REFORÇADA EM TUBO DE APROXIMADAMENTE 1.1/2”, CURVADA EM MÁQUINA ESPECIALIZADA, COM ESTRUTURA CROMADO, PROPORCIONANDO ELEVADA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. CORPO E RESERVATÓRIO DE BANHO-MARIA CONFECCIONADOS EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430, RESISTENTES À CORROSÃO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. EQUIPAMENTO FORNECIDO COM 08	UNID	5	R\$ 5.408,53	R\$ 27.042,65

	CUBAS PADRÃO GN 1/2 EM AÇO INOXIDÁVEL, ACOMPANHADAS DE TAMPAS EM AÇO INOXIDÁVEL. SISTEMA DE AQUECIMENTO POR BANHO-MARIA COM CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO REGULÁVEL, OPERANDO EM FAIXA APROXIMADA DE 20°C A 80°C, PERMITINDO A CONSERVAÇÃO ADEQUADA DOS ALIMENTOS. POSSUI LED INDICATIVO DE FUNCIONAMENTO E BOTÃO DE REGULAGEM DO TERMOSTATO PARA CONTROLE PRECISO DA TEMPERATURA. MEDIDAS APROXIMADAS: 1.290 MM (ALTURA) X 1.450 MM (LARGURA) X 680 MM (PROFUNDIDADE).				
9	CUBA INDIVIDUAL PARA REPOSIÇÃO DE ALIMENTO COM TAMPAS E ALÇA - DESCRIÇÃO: CUBA INDIVIDUAL PARA REPOSIÇÃO DE ALIMENTO. CUBA DE ACORDO COM O PADRÃO MUNDIAL GASTRONORM, EM AÇO INOXIDÁVEL MODELO 1/2.	UNID	70	R\$ 195,78	R\$ 13.704,60
10	CHAPA BIFETEIRA ELÉTRICA - ESPECIFICAÇÃO: CHAPA ELÉTRICA FABRICADA EM AÇO CARBONO, POSSUI CHAPA SUPERIOR COM ESPESSURA APROXIMADA DE 6,35 MM, GARANTINDO EXCELENTE RETENÇÃO E DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DE CALOR. O SISTEMA DE AQUECIMENTO É COMPOSTO POR 4 RESISTÊNCIAS ELÉTRICAS BEM DISTRIBUÍDAS SOB A CHAPA, PROPORCIONANDO AQUECIMENTO HOMOGÊNEO EM TODA A SUPERFÍCIE. CONTA COM CONTROLE INDIVIDUAL DAS RESISTÊNCIAS POR MEIO DE TERMOSTATOS, PERMITINDO AJUSTE PRECISO DE TEMPERATURA DE ATÉ 300°C. POSSUI DIMENSÕES APROXIMADAS DE 235 MM DE ALTURA, 1015 MM DE LARGURA E 500 MM DE PROFUNDIDADE, COM PESO 42KG. OPERA EM VOLTAGEM DE 220 V, FREQUÊNCIA DE 50-60 HZ E POTÊNCIA TOTAL DE 7200W.	UNID	3	R\$ 4.788,67	R\$ 14.366,01
11	COIFA INDUSTRIAL DE PAREDE (PARA FOGÃO DE 4 BOCAS) - ESPECIFICAÇÃO: COIFA INDUSTRIAL DE PAREDE EM AÇO INOX AISI304, POSSUI SISTEMA DUAL FILTER, PASSANDO POR 2 PROCESSOS DE FILTRAGEM DO AR. PELÍCULA EXTRA (FILTRO MASH) NA PARTE DETRÁS FABRICADA EM MALHA DE AÇO TRIPLA. FILTROS MODULARES COM TRIPLA CAMADA DE DEFLEÇÃO, MEDINDO 400 X 400 X 60 MM (QUE PODE SER HIGIENIZADO EM MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇAS). LUMINÁRIAS LED EMBUTIDAS E BLINDADAS IP67. PRESSÃO ESTÁTICA DE 20 MMCA. FILTRAGEM EFICIENTE DOS HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, ATÉ 0,10 mg/Nm³ E MATERIAIS PARTICULADOS ATÉ 100 mg/Nm³. CONSEQUENTEMENTE REDUZINDO ODORES. TAMANHO DE 1.10 POR 1.20 M E ALTURA DE 500 MM. SISTEMA DE FILTRAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 14.518/2020. NAS MEDIDAS DE 1.100MM X 1.200MM X 500MM (C X P X A). MONTAGEM NO LOCAL INDICADO. GARANTIA DE 12 MESES.	UNID	5	R\$ 9.722,28	R\$ 48.611,40
12	COIFA INDUSTRIAL DE PAREDE (PARA FOGÃO DE 6 BOCAS) - ESPECIFICAÇÃO: COIFA INDUSTRIAL DE	UNID	3	R\$ 20.134,28	R\$ 60.402,84



GUARAMIRANGA

GOVERNO MUNICIPAL

	PAREDE EM AÇO INOX AISI304, POSSUI SISTEMA DUAL FILTER, PASSANDO POR 2 PROCESSOS DE FILTRAGEM DO AR. PELÍCULA EXTRA (FILTRO MASH) NA PARTE DETRÁS FABRICADA EM MALHA DE AÇO TRIPLA. FILTROS MODULARES COM TRIPLA CAMADA DE DEFLEÇÃO, MEDINDO 400 X 400 X 60 MM (QUE PODE SER HIGIENIZADO EM MÁQUINAS DE LAVAR LOUÇAS). LUMINÁRIAS LED EMBUTIDAS E BLINDADAS IP67. PRESSÃO ESTÁTICA DE 20 MMCA. FILTRAGEM EFICIENTE DOS HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, ATÉ 0,10 mg/Nm ³ E MATERIAIS PARTICULADOS ATÉ 100 mg/Nm ³ . CONSEQUENTEMENTE REDUZINDO ODORES. TAMANHO DE 1.10 M POR 1.60 M E ALTURA DE 500 MM. SISTEMA DE FILTRAGEM DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT NBR 14.518/2020. NAS MEDIDAS DE 1.100MM X 1.600MM X 500MM (C X P X A). MONTAGEM NO LOCAL INDICADO. GARANTIA DE 12 MESES.				
13	FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS COM 04 BOCAS - ESPECIFICAÇÃO: DESTINADO AO USO EM COZINHAS INDUSTRIAIS E DEMAIS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA. EQUIPAMENTO FABRICADO COM ESTRUTURA REFORÇADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI304, PROJETADA PARA SUPORTAR OPERAÇÃO CONTÍNUA E ALTA DEMANDA DE PRODUÇÃO. MESA SUPERIOR BLINDADA EM AÇO INOX AISI304 DESENVOLVIDA PARA MAIOR APROVEITAMENTO TÉRMICO, PROMOVENDO MELHOR ABSORÇÃO E DIRECIONAMENTO DO CALOR PARA O FUNDO DAS PANEIS, REDUZINDO PERDAS TÉRMICAS E CONTRIBUINDO PARA A ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL. EQUIPADO COM 04 QUEIMADORES COM CACHIMBO VERTICAL MODELO ECONÔMICO, COM POTÊNCIA INDIVIDUAL DE 6,5 KW, DOTADOS DE ESPALHADORES FABRICADOS EM FERRO FUNDIDO DE ALTA DURABILIDADE E PROCESSO DE USINAGEM E CROMAÇÃO SUPERFICIAL, COM DIÂMETRO DE 75 MM, PROPORCIONANDO DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DA CHAMA E ALTO RENDIMENTO TÉRMICO. CADA QUEIMADOR POSSUI CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 5.590 KCAL/H SENDO FABRICADO EM ALUMÍNIO DE AVIAÇÃO. GRELHAS TIPO FRANCESA FABRICADAS EM FERRO FUNDIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PESO APROXIMADO DE 10 KG POR PEÇA, DESENVOLVIDAS PARA SUPORTAR PANEIS DE GRANDE PORTE E USO INTENSIVO, PROJETADOS PARA GARANTIR RESISTÊNCIA MECÂNICA E LONGA VIDA ÚTIL MESMO EM CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO. GABINETE INFERIOR COM OPÇÃO DE FORNECIMENTO ABERTO OU FECHADO COM PORTAS. PUXADORES FABRICADOS EM ALUMÍNIO ANODIZADO, FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE ENCAIXES EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, GARANTINDO RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO E EVITANDO DESPRENDIMENTOS. SISTEMA DE	UNID	10	R\$ 6.483,33	R\$ 64.833,30



GUARAMIRANGA

GOVERNO MUNICIPAL

	ALIMENTAÇÃO DE GÁS COMPOSTO POR FLAUTA DISTRIBUIDORA E TUBO FLEXÍVEL DE AÇO INOX COM ANILHA E PORCA, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA, RESISTÊNCIA E FACILIDADE DE MANUTENÇÃO. MANÍPULOS ERGONÔMICOS DE FÁCIL OPERAÇÃO, DESENVOLVIDOS PARA PROPORCIONAR CONTROLE PRECISO DA CHAMA E SEGURANÇA DURANTE A UTILIZAÇÃO. PÉS FABRICADOS EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE COM SISTEMA DE NIVELAMENTO, PERMITINDO AJUSTE EM PISOS IRREGULARES E MAIOR ESTABILIDADE OPERACIONAL.NAS MEDIDAS DE 800MM X 780MM X 900MM.GARANTIA DE 12 MESES.				
14	FOGÃO INDUSTRIAL A GÁS COM 06 BOCAS, DESTINADO AO USO EM COZINHAS INDUSTRIAIS, E DEMAIS UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA. EQUIPAMENTO FABRICADO COM ESTRUTURA REFORÇADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI304, PROJETADA PARA SUPORTAR OPERAÇÃO CONTÍNUA E ALTA DEMANDA DE PRODUÇÃO. MESA SUPERIOR BLINDADA EM AÇO INOX AISI304 DESENVOLVIDA PARA MAIOR APROVEITAMENTO TÉRMICO, PROMOVENDO MELHOR ABSORÇÃO E DIRECIONAMENTO DO CALOR PARA O FUNDO DAS PANEAS, REDUZINDO PERDAS TÉRMICAS E CONTRIBUINDO PARA A ECONOMIA DE COMBUSTÍVEL. EQUIPADO COM 06 QUEIMADORES COM CACHIMBO VERTICAL MODELO ECONÔMICO, COM POTÊNCIA INDIVIDUAL DE 6,5 KW, DOTADOS DE ESPALHADORES FABRICADOS EM FERRO FUNDIDO DE ALTA DURABILIDADE E PROCESSO DE USINAGEM E CROMAÇÃO SUPERFICIAL, COM DIÂMETRO DE 75 MM, PROPORCIONANDO DISTRIBUIÇÃO UNIFORME DA CHAMA E ALTO RENDIMENTO TÉRMICO. CADA QUEIMADOR POSSUI CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE 5.590 KCAL/H SENDO FABRICADO EM ALUMÍNIO DE AVIAÇÃO. GRELHAS TIPO FRANCESA FABRICADAS EM FERRO FUNDIDO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM PESO APROXIMADO DE 10 KG POR PEÇA, DESENVOLVIDAS PARA SUPORTAR PANEAS DE GRANDE PORTE E USO INTENSIVO, PROJETADOS PARA GARANTIR RESISTÊNCIA MECÂNICA E LONGA VIDA ÚTIL MESMO EM CONDIÇÕES SEVERAS DE OPERAÇÃO. GABINETE INFERIOR COM OPÇÃO DE FORNECIMENTO ABERTO OU FECHADO COM PORTAS. PUXADORES FABRICADOS EM ALUMÍNIO ANODIZADO, FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE ENCAIXES EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, GARANTINDO RESISTÊNCIA AO USO CONTÍNUO E EVITANDO DESPRENDIMENTOS. SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE GÁS COMPOSTO POR FLAUTA DISTRIBUIDORA E TUBO FLEXÍVEL DE AÇO INOX COM ANILHA E PORCA, PROPORCIONANDO MAIOR SEGURANÇA, RESISTÊNCIA E FACILIDADE DE MANUTENÇÃO. MANÍPULOS ERGONÔMICOS DE FÁCIL OPERAÇÃO, DESENVOLVIDOS PARA	UNID	6	R\$ 10.000,00	R\$ 60.000,00

	PROPORCIONAR CONTROLE PRECISO DA CHAMA E SEGURANÇA DURANTE A UTILIZAÇÃO. PÉS FABRICADOS EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE COM SISTEMA DE NIVELAMENTO, PERMITINDO AJUSTE EM PISOS IRREGULARES E MAIOR ESTABILIDADE OPERACIONAL. NAS MEDIDAS DE 1.200MM X 780MM X 900MM.GARANTIA DE 12 MESES.				
15	FORNO INDUSTRIAL A GÁS GLP DE BAIXA PRESSÃO – ESPECIFICAÇÃO: EQUIPAMENTO DESTINADO AO PREPARO, AQUECIMENTO E COCÇÃO DE ALIMENTOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS, REFEITÓRIOS E ESTABELECIMENTOS SIMILARES. FUNCIONAMENTO A GÁS GLP DE BAIXA PRESSÃO, COM ESTRUTURA ROBUSTA E RESISTENTE AO USO CONTÍNUO. LATERAIS, FRENTE E TETO EXTERNOS CONFECCIONADOS EM AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE, RESISTÊNCIA À CORROSÃO E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO. PORTA COM VISOR EM VIDRO TEMPERADO E SISTEMA DE ABERTURA TIPO GUILHOTINA, PERMITINDO MELHOR VISUALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E PRATICIDADE NA OPERAÇÃO. ACABAMENTO EXTERNO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ SOBRE BASE FOSFATIZADA NAS PARTES APLICÁVEIS. QUEIMADORES FABRICADOS EM AÇO TUBULAR, COM SISTEMA TIPO GAVETA REMOVÍVEL PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E LIMPEZA, DOTADOS DE REGULAGEM DE ENTRADA DE AR PARA OTIMIZAÇÃO DA COMBUSTÃO. BANDEJA COLETORA DE RESÍDUOS CONFECCIONADA EM CHAPA GALVANIZADA DE ALTA RESISTÊNCIA. DEVE ACOMPANHAR, NO MÍNIMO, UMA GRELHA REFORÇADA POR CÂMARA PARA ACOMODAÇÃO DOS ALIMENTOS. CÂMARA INTERNA COM REVESTIMENTO EM AÇO GALVANIZADO E, NO MÍNIMO, TRÊS NÍVEIS DE TRILHOS PARA REGULAGEM DA ALTURA DAS GRELHAS, PERMITINDO MELHOR APROVEITAMENTO DO ESPAÇO INTERNO E VERSATILIDADE DE PREPARO. SISTEMA DE ISOLAMENTO TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA, CONTRIBUINDO PARA MAIOR EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E REDUÇÃO DA PERDA DE CALOR. POSSUI ABERTURA TOTAL DO VIDRO PARA FACILITAR O ACESSO À CÂMARA INTERNA E TERMÔMETRO INSTALADO NA LATERAL DO EQUIPAMENTO PARA MONITORAMENTO DA TEMPERATURA DE OPERAÇÃO. CAVALETE REFORÇADO EM AÇO CARBONO COM ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ SOBRE BASE FOSFATIZADA, GARANTINDO ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA ESTRUTURAL. MEDIDAS APROXIMADAS: (ALTURA) 1375MM X (LARGURA) 1120 X (PROFUNDIDADE) 975MM.	UNID	5	R\$ 6.432,93	R\$ 32.164,65
16	ESTANTE REFORÇADA PERFURADA – ESPECIFICAÇÃO: ESTANTE REFORÇADA PERFURADA DESTINADA AO ARMAZENAMENTO,	UNID	10	R\$ 6.032,55	R\$ 60.325,50

	ORGANIZAÇÃO E ACONDICIONAMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, UTENSÍLIOS, EMBALAGENS E DEMAIS MATERIAIS UTILIZADOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS. EQUIPAMENTO FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 18.8, PROPORCIONANDO ELEVADA RESISTÊNCIA À CORROSÃO, DURABILIDADE, ROBUSTEZ E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO, ATENDENDO ÀS EXIGÊNCIAS SANITÁRIAS PARA AMBIENTES DE MANIPULAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS. ESTRUTURA REFORÇADA COMPOSTA POR MONTANTES E TRAVESSAS EM AÇO INOXIDÁVEL AISI304, PROJETADA PARA SUPORTAR CARGAS ELEVADAS E OPERAÇÃO CONTÍNUA. PLANOS DE APOIO PERFURADOS, DESENVOLVIDOS PARA PERMITIR MELHOR CIRCULAÇÃO DE AR ENTRE OS PRODUTOS ARMAZENADOS, FACILITANDO A VENTILAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS ITENS. SISTEMA MODULAR COM MÚLTIPLAS PRATELEIRAS DE APOIO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI304, POSSIBILITANDO O APROVEITAMENTO VERTICAL DOS ESPAÇOS E MAIOR CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO. PÉS EQUIPADOS COM SAPATAS NIVELADORAS EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA, PERMITINDO AJUSTE EM PISOS IRREGULARES E MAIOR ESTABILIDADE DURANTE A OPERAÇÃO. ACABAMENTO SANITÁRIO COM SUPERFÍCIES LISAS E CANTOS QUE FACILITAM A LIMPEZA E REDUZEM O ACÚMULO DE RESÍDUOS, CONTRIBUINDO PARA A MANUTENÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE HIGIENE E SEGURANÇA ALIMENTAR. NAS MEDIDAS DE 1.200MM X 500MM X 1750MM (C X P X A)				
17	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 6 LITROS – ESPECIFICAÇÃO: LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE NOMINAL DE 6 LITROS, DESTINADO AO PREPARO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS E UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA. EQUIPAMENTO DOTADO DE COPO MONOBLOCO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CAPACIDADE DE 6 LITROS, CONFECCIONADO EM PEÇA ÚNICA, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA MECÂNICA, DURABILIDADE E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO. DEVERÁ POSSUIR TAMPA CONFECCIONADA EM BORRACHA ATÓXICA, EQUIPADA COM DOSADOR PARA ADIÇÃO DE INGREDIENTES DURANTE O FUNCIONAMENTO, EIXO E ACOPLAMENTO METÁLICOS, CONJUNTO DE LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, ALÇAS LATERAIS EM AÇO INOXIDÁVEL PARA FACILITAR O TRANSPORTE E O MANUSEIO DO EQUIPAMENTO, ALÉM DE SUPERFÍCIES QUE PERMITAM LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE FORMA EFICIENTE. COM POTÊNCIA DE 665 W, ROTAÇÃO DE 3.500 RPM.	UNID	10	R\$ 2.593,67	R\$ 25.936,70
18	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 8 LITROS – ESPECIFICAÇÃO: LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL,	UNID	5	R\$ 2.355,36	R\$ 11.776,80



GUARAMIRANGA

GOVERNO MUNICIPAL

	COM CAPACIDADE NOMINAL DE 8 LITROS, DESTINADO AO PREPARO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS E UNIDADES DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA. EQUIPAMENTO DOTADO DE COPO MONOBLOCO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CAPACIDADE DE 8 LITROS, CONFECCIONADO EM PEÇA ÚNICA, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA MECÂNICA, DURABILIDADE E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO. DEVERÁ POSSUIR TAMPA CONFECCIONADA EM BORRACHA ATÓXICA, EQUIPADA COM DOSADOR PARA ADIÇÃO DE INGREDIENTES DURANTE O FUNCIONAMENTO, EIXO E ACOPLAMENTO METÁLICOS, CONJUNTO DE LÂMINAS EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA, ALÇAS LATERAIS EM AÇO INOXIDÁVEL PARA FACILITAR O TRANSPORTE E O MANUSEIO DO EQUIPAMENTO, ALÉM DE SUPERFÍCIES QUE PERMITAM LIMPEZA E SANITIZAÇÃO DE FORMA EFICIENTE. COM POTÊNCIA DE 665 W, ROTAÇÃO DE 3.500 RPM.				
19	MESA DE TRABALHO COM PLANO INFERIOR LISO – ESPECIFICAÇÃO: MESA DE TRABALHO INDUSTRIAL CONFECCIONADA TOTALMENTE EM AÇO INOXIDÁVEL, INDICADA PARA PREPARO, MANIPULAÇÃO E APOIO DE ALIMENTOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS. TAMPO SUPERIOR FABRICADO EM CHAPA DE AÇO INOX AISI 304, ACABAMENTO ESCOVADO, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,0MM, COM ELEVADA RESISTÊNCIA À CORROSÃO, IMPACTOS E PROCESSOS DE HIGIENIZAÇÃO. EQUIPAMENTO DOTADO DE PLANO INFERIOR LISO EM AÇO INOX PARA APOIO E ARMAZENAMENTO DE UTENSÍLIOS, CAIXAS OU INSUMOS, PROPORCIONANDO MELHOR ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL. PERNAS CONFECCIONADAS EM TUBO DE AÇO INOX AISI 304 COM DIÂMETRO DE 1.1/2” (38MM), GARANTINDO ROBUSTEZ ESTRUTURAL E RESISTÊNCIA MECÂNICA. POSSUI SAPATAS DE NIVELAMENTO COM REGULADORES EM POLIAMIDA 6.0 (NYLON), PERMITINDO AJUSTE DE ALTURA E ESTABILIDADE EM PISOS IRREGULARES. ACABAMENTO SANITÁRIO ESCOVADO, COM CANTOS E SUPERFÍCIES DE FÁCIL LIMPEZA, ATENDENDO AS NORMAS DE HIGIENE PARA AMBIENTES PROFISSIONAIS, BORDA TRASEIRA DE CONTENÇÃO COM ALTURA MÍNIMA DE 40MM, EVITANDO O ESCORRIMENTO DE LÍQUIDOS E RESÍDUOS. APRESENTA DIMENSÕES APROXIMADAS 1700X600X900MM.	UNID	5	R\$ 3.857,00	R\$ 19.285,00
20	REFRIGERADOR VERTICAL 2 PORTAS – ESPECIFICAÇÃO: REFRIGERADOR VERTICAL COM 02 PORTAS, DESTINADO À CONSERVAÇÃO E AO ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS REFRIGERADOS EM COZINHAS INDUSTRIAIS. EQUIPAMENTO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 369 LITROS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 520 MM DE LARGURA, 765 MM DE PROFUNDIDADE E 2.000 MM	UNID	5	R\$ 10.618,40	R\$ 53.092,00



GUARAMIRANGA

GOVERNO MUNICIPAL

	DE ALTURA, CONSTRUÍDO COM GABINETE EM AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO ELEVADA RESISTÊNCIA À CORROSÃO, DURABILIDADE E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO. DOTADO DE 02 (DUAS) PORTAS DE ABERTURA FRONTAL, COM VÃO ÚTIL APROXIMADO DE 420 × 620 MM, E COMPARTIMENTO INTERNO EQUIPADO COM 03 (TRÊS) NÍVEIS DE PRATELEIRAS ARAMADAS REGULÁVEIS EM ALTURA, PERMITINDO MELHOR ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTOS ARMAZENADOS. O REVESTIMENTO EXTERNO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430, COM REVESTIMENTO INTERNO EM AÇO GALVANIZADO, ADMITINDO OPÇÃO DE FABRICAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430. POSSUI CANTOS INTERNOS SANITÁRIOS ARREDONDADOS, FACILITANDO A LIMPEZA E IMPEDINDO O ACÚMULO DE RESÍDUOS. O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DEVERÁ SER DO TIPO FROST FREE, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE DESCONGELAMENTO MANUAL, UTILIZANDO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R290, FLUIDO NATURAL DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL E ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. O CONTROLE DA TEMPERATURA DEVERÁ SER REALIZADO POR CONTROLADOR DIGITAL, COM FAIXA DE OPERAÇÃO ENTRE 2°C E 7°C, ASSEGURANDO A ADEQUADA CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR AQUECIMENTO NAS COLUNAS PARA EVITAR CONDENSAÇÃO E GARANTIR O PERFEITO FECHAMENTO DAS PORTAS, ALÉM DE PÉS PLÁSTICOS COM REGULAGEM DE ALTURA, POSSIBILITANDO O NIVELAMENTO EM PISOS IRREGULARES. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM FREQUÊNCIA DE 50/60 HZ, COM CONSUMO MÁXIMO APROXIMADO DE 4,4 KWH/DIA. EQUIPAMENTO COM ACABAMENTO SANITÁRIO, SUPERFÍCIES LISAS, RESISTENTES E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, SENDO FABRICADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, GARANTINDO ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, EFICIÊNCIA TÉRMICA, SEGURANÇA OPERACIONAL E LONGA VIDA ÚTIL PARA USO PROFISSIONAL CONTÍNUO.				
21	REFRIGERADOR VERTICAL 4 PORTAS – ESPECIFICAÇÃO: REFRIGERADOR VERTICAL DESTINADO À CONSERVAÇÃO E AO ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS REFRIGERADOS EM COZINHAS. EQUIPAMENTO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 834 LITROS, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1.050 MM DE LARGURA, 765 MM DE PROFUNDIDADE E 2.000 MM DE ALTURA, CONSTRUÍDO COM GABINETE EM AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO ELEVADA RESISTÊNCIA À CORROSÃO, DURABILIDADE E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO. DOTADO DE 04 (QUATRO) PORTAS DE ABERTURA FRONTAL, DISTRIBUÍDAS EM DOIS COMPARTIMENTOS, COM VÃOS ÚTEIS APROXIMADOS DE 420 × 620 MM POR PORTA,	UNID	5	R\$ 22.101,61	R\$ 110.508,05



GUARAMIRANGA

GOVERNO MUNICIPAL

	PERMITINDO MELHOR ORGANIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E REDUZINDO A PERDA DE TEMPERATURA DURANTE A ABERTURA. O COMPARTIMENTO INTERNO DEVERÁ POSSUIR 06 (SEIS) NÍVEIS DE PRATELEIRAS ARAMADAS, SENDO 03 (TRÊS) PRATELEIRAS POR COMPARTIMENTO, COM REGULAGEM DE ALTURA PARA MELHOR APROVEITAMENTO DO ESPAÇO INTERNO. O REVESTIMENTO EXTERNO DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430, COM REVESTIMENTO INTERNO EM AÇO GALVANIZADO, ADMITINDO OPÇÃO DE FABRICAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430. POSSUI CANTOS INTERNOS SANITÁRIOS ARREDONDADOS, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E EVITANDO O ACÚMULO DE RESÍDUOS. O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO TIPO FROST FREE, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE DESCONGELAMENTO MANUAL, UTILIZANDO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R290, FLUIDO NATURAL DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL E ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. O CONTROLE DA TEMPERATURA REALIZADO POR CONTROLADOR DIGITAL, COM FAIXA DE OPERAÇÃO ENTRE 2°C E 7°C, ASSEGURANDO A ADEQUADA CONSERVAÇÃO DOS ALIMENTOS. EQUIPAMENTO POSSUI AQUECIMENTO NAS COLUNAS PARA EVITAR CONDENSAÇÃO E GARANTIR O PERFEITO FECHAMENTO DAS PORTAS, ALÉM DE PÉS PLÁSTICOS COM REGULAGEM DE ALTURA, PERMITINDO O NIVELAMENTO EM PISOS IRREGULARES. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA EM FREQUÊNCIA DE 50/60 HZ, CONSUMO MÁXIMO APROXIMADO DE 8,2 KWH/DIA E FUNCIONAMENTO ADEQUADO PARA USO PROFISSIONAL CONTÍNUO. ACABAMENTO SANITÁRIO, COM SUPERFÍCIES LISAS, RESISTENTES E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, SENDO FABRICADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, GARANTINDO ELEVADA RESISTÊNCIA MECÂNICA, EFICIÊNCIA TÉRMICA, SEGURANÇA OPERACIONAL, ECONOMIA DE ENERGIA E LONGA VIDA ÚTIL				
22	FREEZER VERTICAL 2 PORTAS – ESPECIFICAÇÃO: FREEZER VERTICAL 2 PORTAS COM CAPACIDADE MÍNIMA APROXIMADA DE 369 LITROS. EQUIPAMENTO UTILIZANDO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R290, DE ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E BAIXO IMPACTO AMBIENTAL. ESTRUTURA PROJETADA COM CANTOS SANITÁRIOS INTERNOS, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA. INDICADO PARA ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS CONGELADOS, COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO TECNOLOGIA FROST FREE, COM CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA AJUSTÁVEL NA FAIXA DE -5°C A -20°C, PERMITINDO CONTROLE PRECISO DA CONSERVAÇÃO DOS PRODUTOS. DEGELO AUTOMÁTICO POR MEIO DE RESISTÊNCIAS ELÉTRICAS. EQUIPADO COM, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS)	UNID	6	R\$ 13.026,76	R\$ 78.160,56



GUARAMIRANGA
GOVERNO MUNICIPAL

	NÍVEIS DE PRATELEIRAS ARAMADAS, REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA. PORTAS COM VÃO APROXIMADO DE 420 X 620 MM. REVESTIMENTO INTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE, RESISTÊNCIA À CORROSÃO E FACILIDADE DE LIMPEZA. POSSUI AQUECIMENTO NAS COLUNAS PARA PREVENÇÃO DE CONDENSAÇÃO E PÉS PLÁSTICOS COM REGULAGEM DE ALTURA PARA NIVELAMENTO ADEQUADO. MEDIDAS: DIMENSÕES EXTERNAS: 520 MM DE LARGURA X 765 MM DE PROFUNDIDADE X 2000 MM DE ALTURA, E DIMENSÕES INTERNAS APROXIMADAS DE 420 MM DE LARGURA X 585 MM DE PROFUNDIDADE X 1500 MM DE ALTURA, ADMITINDO-SE VARIAÇÃO COMPATÍVEL COM O PADRÃO DE FABRICAÇÃO, DESDE QUE NÃO COMPROMETA A CAPACIDADE E FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO. GARANTIA DE 12 MESES.				
23	FREEZER VERTICAL 4 PORTAS – ESPECIFICAÇÃO: FREEZER VERTICAL 4 PORTAS COM CAPACIDADE MÍNIMA APROXIMADA DE 834 LITROS. EQUIPAMENTO UTILIZANDO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO R290, DE ALTA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E BAIXO IMPACTO AMBIENTAL. ESTRUTURA PROJETADA COM CANTOS SANITÁRIOS INTERNOS, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA. INDICADO PARA ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE PRODUTOS CONGELADOS COM SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO TECNOLOGIA FROST FREE, COM CONTROLADOR DIGITAL DE TEMPERATURA AJUSTÁVEL NA FAIXA DE -5°C A -20°C, PERMITINDO CONTROLE PRECISO DA CONSERVAÇÃO DOS PRODUTOS. DEGELO AUTOMÁTICO POR MEIO DE RESISTÊNCIAS ELÉTRICAS. EQUIPADO COM, NO MÍNIMO, 03 (TRÊS) NÍVEIS DE PRATELEIRAS ARAMADAS, REMOVÍVEIS E COM REGULAGEM DE ALTURA. PORTAS COM VÃO APROXIMADO DE 420 X 620 MM. REVESTIMENTO INTERNO EM AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO MAIOR DURABILIDADE, RESISTÊNCIA À CORROSÃO E FACILIDADE DE LIMPEZA. POSSUI AQUECIMENTO NAS COLUNAS PARA PREVENÇÃO DE CONDENSAÇÃO E PÉS PLÁSTICOS COM REGULAGEM DE ALTURA PARA NIVELAMENTO ADEQUADO. MEDIDAS: DIMENSÕES EXTERNAS 1050 MM DE LARGURA X 765 MM DE PROFUNDIDADE X 2000 MM DE ALTURA, E DIMENSÕES INTERNAS APROXIMADAS DE 950 MM DE LARGURA X 585 MM DE PROFUNDIDADE X 1500 MM DE ALTURA, ADMITINDO-SE VARIAÇÃO COMPATÍVEL COM O PADRÃO DE FABRICAÇÃO, DESDE QUE NÃO COMPROMETA A CAPACIDADE E FUNCIONALIDADE DO EQUIPAMENTO. GARANTIA DE 12 MESES.	UNID	5	R\$ 21.890,65	R\$ 109.453,25
24	REFRESQUEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL COM 02 RESERVATÓRIOS – CAPACIDADE TOTAL DE 32 LITROS – ESPECIFICAÇÃO: REFRESQUEIRA ELÉTRICA INDUSTRIAL DESTINADA AO PREPARO, CONSERVAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS	UNID	1	R\$ 6.260,14	R\$ 6.260,14

FRIAS. EQUIPAMENTO COM 02 (DOIS) RESERVATÓRIOS INDEPENDENTES, CAPACIDADE TOTAL APROXIMADA DE 32 LITROS, SENDO 16 LITROS POR RESERVATÓRIO, FABRICADO COM MATERIAIS DE ELEVADA RESISTÊNCIA, DURABILIDADE E FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. RESERVATÓRIOS CONFECCIONADOS EM MATERIAL DE ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS E QUEBRAS, PRÓPRIO PARA CONTATO COM ALIMENTOS. GABINETE FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO E FACILIDADE DE LIMPEZA. POSSUI SISTEMA DE AGITAÇÃO POR PÁS, INDICADO PARA BEBIDAS DE DIFERENTES DENSIDADES, GARANTINDO HOMOGENEIDADE DURANTE O FUNCIONAMENTO. O SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO DEVERÁ UTILIZAR COMPRESSOR HERMÉTICO DE ALTO RENDIMENTO, SILENCIOSO E DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, UTILIZANDO GÁS REFRIGERANTE ECOLÓGICO, DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL. A CAPA DO EVAPORADOR, EM CONTATO DIRETO COM O LÍQUIDO, CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 ESTAMPADO, ASSEGURANDO MAIOR DURABILIDADE E HIGIENE. RESERVATÓRIOS POSSUI MARCAÇÃO DOS NÍVEIS MÍNIMO E MÁXIMO DE LÍQUIDO, FACILITANDO O ABASTECIMENTO CORRETO. OS COMPONENTES PLÁSTICOS SÃO FABRICADOS EM MATERIAL ATÓXICO, APROPRIADO PARA CONTATO COM ALIMENTOS. OS BICOS DE SAÍDA DAS BEBIDAS CONFECCIONADOS EM SILICONE, ENQUANTO AS TORNEIRAS DEVERÃO POSSUIR ACIONADORES EM ABS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM MECANISMO DE RETORNO POR MOLA EM AÇO INOXIDÁVEL, PROPORCIONANDO PRATICIDADE DE OPERAÇÃO E FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO. O PAINEL DE COMANDO POSSUI TECLAS INDEPENDENTES PARA ACIONAMENTO DA REFRIGERAÇÃO E DOS AGITADORES, ALÉM DE BOTÕES COM INDICADORES LUMINOSOS DE LIGADO/DESLIGADO. O EQUIPAMENTO DISPONÍVEL NAS TENSÕES 127 V OU 220 V, APRESENTAR DIMENSÕES APROXIMADAS DE 410 MM DE LARGURA, 490 MM DE PROFUNDIDADE E 685 MM DE ALTURA, CONSUMO MÁXIMO APROXIMADO DE 0,24 KWH, ACABAMENTO SANITÁRIO, SUPERFÍCIES LISAS E DE FÁCIL LIMPEZA, SENDO FABRICADO CONFORME NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, GARANTINDO ELEVADA EFICIÊNCIA, SEGURANÇA, DURABILIDADE E DESEMPENHO PARA USO PROFISSIONAL CONTÍNUO.				
VALOR TOTAL DO LOTE				R\$ 1.330.285,52

LOTE 2

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VR UNIT	VR TOTAL
------	----------------------	------	-------	---------	----------

1	VENTILADOR DE 70CM DE PAREDE – ESPECIFICAÇÃO: VENTILADOR POTENTE, E DURÁVEL, NA COR PRETO, COM PODER DE VAZÃO M³/S DE 1,66 E SELO PROCEL A. SISTEMA GIRATÓRIO, COM CONTROLE REMOTO COM ALCANCE DE ATÉ 10 METROS. GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO CONTRA VÍCIOS OU DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	30	R\$ 1.409,82	R\$ 42.294,60
2	VENTILADOR DE PAREDE 1 METRO - ESPECIFICAÇÃO: VENTILADOR DE PAREDE COM 1/2CV DE POTÊNCIA. IDEAL PARA GRANDES ESPAÇOS. PÁS DE NYLON INJETADO COM REFORÇO DE FIBRA DE VIDRO, RESISTENTES. REGULAGEM DE INCLINAÇÃO EM CINCO POSIÇÕES DIFERENTES PARA REGULAGEM MANUAL. OS VENTOS PRODUZIDOS PELO APARELHO ALCANÇAM ATÉ 25 METROS DE DISTÂNCIA. COM 3 VELOCIDADES MÍN/MÉD/MÁX. VOLTAGEM: 220V	UNID	30	R\$ 1.856,05	R\$ 55.681,50
3	VENTILADOR DE COLUNA 60CM - ESPECIFICAÇÃO: VENTILADOR DE COLUNA 60CM, DESIGN MODERNO, COM PÉ CRUZADO, 3 VELOCIDADES, MODELO:COLUNA COM ALTURA DE 170CM; COR: PRETO, OSCILANTE PARA DIREITA E ESQUERDA; GRADES EM AÇO TRATADO PINTADAS NA COR PRETA E REMOVÍVEL, COM PROTETOR TÉRMICO, HÉLICE FINA EM POLIPROPILENO; POSSUIR MOTOR COM ROLAMENTO E POTÊNCIA DE 140 W; SELO PROCEL A NAS TRÊS OPÇÕES DE VELOCIDADES; COM 12 MESES (1 ANO), NO MÍNIMO, DE GARANTIA CONTRA VÍCIOS OU DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UNID	25	R\$ 681,34	R\$ 17.033,50
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 115.009,60

LOTE 3

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VR UNIT	VR TOTAL
1	CONJUNTO DE COLETA SELETIVA 60 LITROS - ESPECIFICAÇÃO: COMPOSTO POR 3 (TRÊS) LIXEIRAS COM CAPACIDADE PARA 60 (SESSENTA) LITROS, FABRICADAS EM MATERIAL PLÁSTICO INJETADO POLIPROPILENO (PP), ESTRUTURA METÁLICA É CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO 1020 GALVANIZADO, PROPORCIONANDO DURABILIDADE E RESISTÊNCIA. O CONJUNTO INCLUI OS SEGUINTE COMPONENTES: 3 LIXEIRAS NAS CORES: VERMELHO, AZUL E AMARELO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE RESÍDUOS; ADESIVOS DE IDENTIFICAÇÃO, CORRESPONDENTES A CADA COR, PARA FACILITAR A ORGANIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA. 04 GANCHOS (POR LIXEIRA) PARA FIXAÇÃO DE SACOS DE LIXO DE MANEIRA SEGURA E EFICIENTE. MEDIDAS APROXIMADAS: 930MM (ALTURA) X 430MM (LARGURA) X 1200MM (COMPRIMENTO).	UNID	5	R\$ 910,02	R\$ 4.550,10
2	LIXEIRA COM PEDAL 100 LITROS – ESPECIFICAÇÃO: COM SISTEMA DE ABERTURA POR PEDAL, DESTINADA AO ACONDICIONAMENTO DE	UNID	30	R\$ 689,97	R\$ 20.699,10

	RESÍDUOS, COM CAPACIDADE NOMINAL DE 100 (CEM) LITROS, INDICADA PARA USO EM AMBIENTES INSTITUCIONAIS E DE GRANDE CIRCULAÇÃO. DEVERÁ SER CONFECCIONADA EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA. DEVERÁ POSSUIR TAMPA ARTICULADA COM ACIONAMENTO POR PEDAL, PERMITINDO ABERTURA SEM CONTATO MANUAL. MEDIDAS APROXIMADAS: 425MM LARGURA X 925MM ALTURA X 595MM COMPRIMENTO.				
3	LIXEIRA COM PEDAL 50 LITROS – ESPECIFICAÇÃO: LIXEIRA EM AÇO INOX COM ACIONAMENTO POR PEDAL, CAPACIDADE APROXIMADA DE 50 LITROS, INDICADA PARA USO EM COZINHAS INDUSTRIAIS. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 430 FERRÍTICO COM ACABAMENTO POLIDO, PROPORCIONANDO MAIOR RESISTÊNCIA MECÂNICA, FACILIDADE DE HIGIENIZAÇÃO E DURABILIDADE EM AMBIENTES DE USO CONTÍNUO. POSSUI SISTEMA DE ABERTURA POR PEDAL, PERMITINDO ACIONAMENTO SEM CONTATO MANUAL DIRETO COM A TAMPA. CONTA COM BALDE INTERNO REMOVÍVEL, FACILITANDO A COLETA E DESCARTE DOS RESÍDUOS, ALÉM DE FUNDO CONFECCIONADO EM PLÁSTICO ABS, QUE PROPORCIONA PROTEÇÃO ADICIONAL CONTRA DESGASTE, IMPACTOS E CONTATO DIRETO COM O PISO. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 610 MM DE ALTURA, 400 MM DE LARGURA E 470 MM DE PROFUNDIDADE.	UNID	60	R\$ 1.492,87	R\$ 89.572,20
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 114.821,40

LOTE 4

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT	VR UNIT	VR TOTAL
1	MESA REFEITÓRIO INFANTIL - ESPECIFICAÇÃO: COMPOSTO POR 01 MESA, 08 CADEIRAS COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO: CONJUNTO ESCOLAR INFANTIL RETANGULAR, COMPOSTO POR 01 MESA INDIVIDUAL. MESA COM TAMPO EM POLIPROPILENO VIRGEM DE ALTA RESISTENCIA COM OS SEGUINTE DIMENSIONAIS: 1520X720MM COM VARIAÇÃO DE +/- 5%. ESTRUTURA CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO REDONDO DE DIAMETRO DE 48MM COM ESPESSURA 2.2, SUBMETIDO A O PROCESSO ANTIFERRUGINOSO ATRAVÉS DE SUBMERSÃO EM CONJUNTO DE BANHOS QUÍMICOS À BASE DE FOSFATO DE ZINCO, PINTURA ELETROSTÁTICA EM PÓ EPÓXI, CURADA E POLIMERIZADA EM ESTUFA À 210t NA MESMA COR DO TAMPO, SAPATAS CONFECCIONADAS EM POLIPROPILENO COPOLIMERO INJETADO DE COR E TOM IDÊNTICOS AO CONJUNTO DE TAMPO. A BASE DA MESA DEVERÁ POSSUIR REGULAGENS DE NO MÍNIMO 6 TAMANHOS, SENDO 480MM, 520MM E 560MM. A CADEIRA CONTA COM CONCHA CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO INJETADO, POSSUINDO ORÍCIO PARA VENTILAÇÃO. DEVERÁ	CONJ	10	R\$ 4.821,20	R\$ 48.212,00



GUARAMIRANGA
GOVERNO MUNICIPAL

	APRESENTAR LEVE CURVATURA ANATÔMICA QUE PERMITA UM MELHOR POSICIONAMENTO DA CRIANÇA AO SENTAR-SE. ESTRUTURA DA CADEIRA CONFECCIONADA EM TUBO DE AÇO REDONDO COM DIAMETRO DE 380MM. ESTRUTURA RECEBERÁ TRATAMENTO ANTICORROSIVO E ANTIFERRUGINOSO ATRAVÉS DE SUBMERSÃO EM CONJUNTO DE BANHOS QUÍMICOS À BASE DE FOSFATO DE ZINCO, PINTURA ELETROSTÁTICA EM PÓ EPDXI NA COR DA CADEIRA, TEXTURIZADA, CURADA E POLIMERIZADA EM ESTUFA À 210°C. SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOUMERO INJETADO, SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLIMERO INJETADO DE COR E TOM IDÊNTICOS AO CONJUNTO DE ASSENTO ENCOSTO, FIXADAS À ESTRUTURA POR MEIO DE PARAFUSOS AUTOBROCANTES. PODERÁ SER SOLICITADO CADEIRAS NAS MEDIDAS DE 280MM OU 350MM PARA CONJUGAR COM A MESA COM REGULAGEM.				
2	MESA REFEITÓRIO 8 LUGARES C/ BANCO REDONDO ACOPLADO - ESPECIFICAÇÃO: MESA REFEITÓRIO 08 LUGARES COM BANCO. MESA CONSTITUÍDA POR TAMPO SUPERIOR CONFECCIONADO COM CHAPA DE PARTÍCULAS DE MADEIRA DE MÉDIA DENSIDADE (MDP – MÉDIUM DENSITY PARTICLEBOARD), ESPESSURA DE 18MM, REVESTIDA NAS DUAS FACES COM LAMINADO MELAMÍNICO, POR EFEITO DE PRENSAGEM A QUENTE QUE FAZ O LAMINADO SE FUNDIR A MADEIRA AGLOMERADA, FORMANDO COM ELA UM CORPO ÚNICO E INSEPARÁVEL (BP), ORIUNDAS DE MADEIRAS CERTIFICADAS DE REFLORESTAMENTO COM SELO FSC, COM FITA PS DE 2MM EM TODO CONTO, COLADOS AO TAMPO ATRAVÉS DE PROCESSO “HOT MELT”, ACABAMENTO NA COR SEMELHANTE AO REVESTIMENTO DO TAMPO, (CORES SOLIDAS E MADEIRADAS), COM RESISTÊNCIA A IMPACTOS E TERMICAMENTE ESTÁVEL. BANCO CONFECCIONADO COM CHAPA DE PARTÍCULAS DE MADEIRA DE MÉDIA DENSIDADE (MDP – MÉDIUM DENSITY PARTICLEBOARD), ESPESSURA DE 18MM, REVESTIDA NAS DUAS FACES COM LAMINADO MELAMÍNICO, POR EFEITO DE PRENSAGEM A QUENTE QUE FAZ O LAMINADO SE FUNDIR A MADEIRA AGLOMERADA, FORMANDO COM ELA UM CORPO ÚNICO E INSEPARÁVEL (BP), ORIUNDAS DE MADEIRAS CERTIFICADAS DE REFLORESTAMENTO COM SELO FSC, COM PERFIL T SEM ABAS EM TODO CONTO, COLADOS AO ASSENTO ATRAVÉS DE PROCESSO “HOT MELT”, ACABAMENTO NA COR SEMELHANTE AO REVESTIMENTO DO TAMPO, (CORES SOLIDAS E MADEIRADAS), COM RESISTÊNCIA A IMPACTOS E TERMICAMENTE ESTÁVEL, FIXADOS À ESTRUTURA POR MEIO DE PARAFUSOS M6X12 E BUCHAS METÁLICAS . ESTRUTURAS EM TUBO REDONDO DE 3” POLEGADAS COM PAREDE DE 1,5MM E TRAVESSA DE LIGAÇÃO DOS PÉS FEITA ATRAVÉS DE TUBO	CONJ	30	R\$ 5.610,93	R\$ 168.327,90

	50X30 COM PAREDE DE 1.06MM. CHAPA DE UNIÃO DE TRAVESSAS CONFECCIONADAS EM AÇO CARBONO DE 2MM. SISTEMA DE UNIÃO ENTRE AS PEÇAS ATRAVÉS DE SOLDA MIG MAG. COLUNAS COM SAPATA INJETADAS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE PARA PROTEÇÃO, SEM POSSIBILIDADE DE NIVELAMENTO. TRAVESSAS DE LIGAÇÃO DOS PÉS LATERAIS CONFECCIONADAS EM TUBO 25X25 COM PAREDE DE 0.90MM, COM TUBO DE UNIÃO EM 25X25MM, UNIDAS ENTRE SI ATRAVÉS DE SOLDA MIG MAG. MONTAGEM DA ESTRUTURA REALIZADA COM PARAFUSOS M6X35MM. TODAS AS ESTRUTURAS EM AÇO RECEBEM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO A BASE DE FOSFATO DE ZINCO COM 04 BANHOS QUÍMICOS E QUE A PRÓPRIA INDÚSTRIA POSSUA O EQUIPAMENTO PARA TAL PROCESSO E RECEBEM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ COM RESINA A BASE DE EPÓXI E POLIÉSTER FORMANDO UMA CAMADA MÍNIMA 30/40 MICRA DE ESPESSURA, ATENDENDO-SE OS CRITÉRIOS DE PREPARAÇÃO, TRATAMENTO E TEMPO DE CURA RECOMENDADOS PELO FABRICANTE DA TINTA EMPREGADA, DE FORMA QUE O RESULTADO ATENDA AS EXIGÊNCIAS PREVISTAS NAS NORMAS DA ABNT. DIMENSÕES: 684MM(A) X 2400MM(L) X 800MM(P).				
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 216.539,90

O licitante deverá apresentar, juntamente à proposta readequada, documentação técnica complementar referente aos itens especificados neste termo de referência, com a finalidade de comprovar que o produto ofertado atende integralmente às especificações técnicas, ergonômicas e funcionais exigidas pela administração.

Para fins de comprovação técnica, deverão ser apresentados, para o:

Lote 01:

Para os itens: item 05 (bebedouro industrial 50l) e **item 06** (bebedouro industrial 200 litros).

- Apresentar juntamente à proposta readequada, sob pena de desclassificação, o laudo do aço inox aisi 430 e certificado de conformidade, nos termos da portaria inmetro nº 102 de 22/03/2022.

Para os itens: item 11 (coifa industrial de parede para o fogão de 4 bocas), **item 12** (coifa industrial de parede para o fogão de 6 bocas), **item 13** (fogão industrial a gás com 04 bocas), **item 14** (fogão industrial a gás com 06 bocas), **item 16** (estante reforçada perfurada).

- O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta readequada, sob pena de desclassificação, certificado de qualidade e composição química do aço inoxidável aisi 304, emitido em nome do



fornecedor do material, comprovando o atendimento às seguintes normas técnicas: astm a240/a240m 25, din en 10204-3.1 05, asme sa240/sa240m-21 e asme sa480/sa480m 21.

Lote 03:

Para os itens: item 1 (conjunto de coleta seletiva 60 litros)

- O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta readequada, sob pena de desclassificação, ficha técnica do produto.

Lote 04:

Para os itens: item 1 (mesa refeitório infantil)

O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta readequada, sob pena de desclassificação, laudo ergonômico do fabricante comprovando atendimento à nr 17 emitido por profissional legalmente habilitado com registro no crea ou ergonomista certificado pela abergo acompanhado da respectiva art rrt ou documento de responsabilidade técnica emitido em data anterior à publicação do processo certificação abnt nbr iso 9001 2015 vigente em nome do fabricante comprovando a adoção de sistema de gestão da qualidade e certificação abnt nbr iso 14001 2015 vigente em nome do fabricante comprovando a adoção de sistema de gestão ambiental em conformidade com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na lei nº 14.133 2021 demonstrando o comprometimento do fabricante com a redução dos impactos ambientais o controle de aspectos e impactos de seus processos produtivos o uso racional dos recursos naturais e a melhoria contínua de seu desempenho ambiental. Deverá ser apresentado catalogo do fornecedor, com todas as informações necessárias para comprovação que o produto atende ao termo de referência e trata-se de linha de fabricação do fornecedor. Não será admitido catalogo genérico com a foto do produto e especificação do edital colada.

- FORMA DE PAGAMENTO

Pagamento por unidade entregue e aprovada, mediante apresentação de nota fiscal, termo de recebimento provisório e relatório fotográfico.

- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Indicar local e cronograma de entrega, fiscalizar unidades recebidas, emitir termos de recebimento e efetuar pagamentos conforme TR.

- SANÇÕES E PENALIDADES

Atraso injustificado: multa de 0,2% ao dia (máx. 10%). Não conformidade: prazo de 5 dias úteis para correção, sob pena de multa de 5%. Reincidência: possível rescisão contratual conforme Lei 14.133/2021.

- DISPOSIÇÕES FINAIS

Serviços conforme normas ABNT e legislação vigente. Este TR integra o edital e só pode ser alterado por termo aditivo formal. Casos omissos seguem a Lei nº 14.133/2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A Licitação fundamentar-se-á nas Leis:



- a) Lei Federal nº 114.133/21 e suas alterações;
- b) Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações; e

5. DO MODO DE DISPUTA

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

6. MODALIDADE DA LICITAÇÃO:

Pregão (**MENOR PREÇO POR LOTE**)

7. ÓRGÃO GERENCIADOR

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A contratação da empresa que fornecerá o fardamento escolar, deverá atender todas as exigências legais, de transporte, de prazo e estar devidamente conforme especificação dos itens/lotos. Os contratados deverão obedecer às regras estabelecidas no edital de licitação

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. ROTINA DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.

9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.1.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.1.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.1.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.1.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.1.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. (IN 5/2017, art. 44, §2º).



9.1.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

10. DO PAGAMENTO

10.1 Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da SECRETARIA DE EDUCACAO do Município de Guaramiranga/Ce, que atestará a execução do objeto contratado.

10.2 Caso o faturamento seja aprovado pela SECRETARIA DE EDUCACAO, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

10.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11. DOS RECURSOS E DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

11.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pela fonte de recursos do(s) órgão(s) /entidade(s) participante(s) do SRP (Sistema de Registro de Preços), a ser informada quando da lavratura do contrato, e informado no EPT.

12. PERÍODO DE VIGÊNCIA E DE PRORROGAÇÃO CONTRATO:

12.1 O prazo de vigência do contrato a ser celebrado é até **12 (DOZE) MESES**, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

13.1. O objeto deverá ser entregue na sede da Secretaria contratante ou onde está indicar, na sede urbana do município de Guaramiranga-CE.

13.2. O prazo de entrega/execução do objeto é de forma parcelada, conforme a demanda, a partir de 10 (DEZ) dias úteis da emissão da ordem de compra.

14. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

14.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas neste Anexo:

- a) executar o fornecimento dos bens licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei nº 14.133/21;
- g) a entrega dos produtos deverá ser efetuada de forma a não comprometer o funcionamento do fornecimento, e deverá cumprir o cronograma expedido pela SECRETARIA DE EDUCACAO do Município de Guaramiranga/CE.
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, no Edital ou na Carta Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra/protótipo, com o material entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- p) providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o MUNICÍPIO, a correção ou substituição, dos bens que apresentem defeito durante o período de garantia;
- q) prestar manutenção gratuita sobre todas as peças, componentes e acessórios dos bens objeto deste Termo, durante o prazo de garantia;
- r) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;

s) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;

t) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;

u) informar nas embalagens de transporte do produto, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: marca/fabricante, quantidade contida em cada caixa, número do Contrato, nº e data da Ordem de Fornecimento e o nome da fornecedora/fabricante;

v) manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos da Lei nº 14.133/21, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

15. SÃO RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR AINDA:

a) Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

b) Toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do fornecimento, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

15.1. O fornecedor autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

15.2. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas neste termo.

15.3. Todo o material deverá ser comprovadamente de primeira qualidade não sendo admitido, em hipótese alguma, a entrega de material reutilizado ou recondicionado.

15.4. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao vencedor, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 - Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

a) Advertência;

b) Multa de 1,0 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.4 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

17.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1 A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21;

17.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

17.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.4 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

17.5 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.6 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

17.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

17.8 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

17.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Guaramiranga para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

17.10 Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17.11 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

18. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

18.1. A Pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço por lote**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de

menor valor por lote, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas.

18.2. Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, a Pregoeira negociará a redução do preço com o seu detentor.

18.3. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, a pregoeira comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada. A Pregoeira verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.

18.4. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos, a contar da convocação pela pregoeira através do chat de mensagens.

18.5. A inobservância aos prazos elencados neste termo de referência, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Pregoeira.

18.6. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

18.7. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

18.8. Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

18.8.1. Definido o valor final da proposta, a pregoeira convocará o arrematante para anexar em campo próprio via internet (sistema ou e-mail), no prazo de até 02 (duas) horas, a proposta de preços com os respectivos valores readequados ao último lance ofertado.

18.8.1.1. O e-mail para envio da proposta adequada é guaramirangalicit@hotmai.com.

18.8.1.2 DA GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO:

a) A licitante deverá enviar, no momento da Apresentação da Proposta Inicial, garantia de proposta no valor a 1% do valor estimado para contratação em conformidade com o art. 58 da Lei nº 14.133/2021. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades previstas na legislação: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária. Essa exigência é necessária como forma de assegurar a seriedade das propostas apresentadas e o cumprimento das condições do edital, sob pena de desclassificação e impedimento de participar do certame. Ao salvar a proposta, será exibido na tela onde deverá ser inserida a garantia em campo específico. Este arquivo não deve ser inserido no campo da Ficha técnica sob pena de desclassificação por identificação da proposta.

b) A devolução da garantia será realizada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou a declaração de licitação fracassada.

c) Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

d) Optando por caução em dinheiro, o licitante deverá realizar solicitação junto ao setor de Tributos do Município de Guaramiranga, através do e-mail setortributospmg2025@gmail.com identificado indicando o número de seu CNPJ, número do processo e objeto.

19. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

19.1. Os INTERESSADOS, habilitar-se-ão à presente licitação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados, os quais serão analisados pela Pregoeira quanto a sua autenticidade e o seu prazo de validade.

19.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando será encerrada tal possibilidade, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) “pdf”, “doc”, “xls”, “png” ou “jpg”, observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma <https://novobbmnet.com.br/>.

OBS1: Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema e ou via email, no prazo de 02 (duas) horas, **sob pena de inabilitação**.

19.3. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais. Caso a Empresa seja vencedora, o Contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

19.4. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) **REGISTRO COMERCIAL**, no caso de empresa pessoa física, no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- b) **ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO** em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.
- c) **INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO**, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.
- d) **DECRETO DE AUTORIZAÇÃO**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) **CÓPIA RG E CPF DO(S) SÓCIO(S) ADMINISTRADOR(S) OU TITULAR DA PESSOA JURÍDICA.**

19.5. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Provas de regularidade, em plena validade, para com:

- c.1) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- c.2) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- c.3) A comprovação de REGULARIDADE para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Consolidada Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal.
- d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” (NR), conforme Lei 12.440/2011 de 07 de julho de 2011.

Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

Para efeito do disposto no item acima, as ME e EPP, por ocasião de participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Será inabilitado o licitante que não atender às exigências deste edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma, e ainda, a ME ou EPP que não apresentar a regularização da documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista no prazo definido no item acima.

19.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, fornecido através de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a LICITANTE forneceu ou está fornecendo produtos compatíveis em características com o objeto da licitação.
- b) Poderá, facultativamente, vir acompanhado junto ao atestado de capacidade técnica para comprovação ao que dispõe o item a), instrumento de nota fiscal/contrato de fornecimento, respectivos ao qual o atestado faz vinculação.

19.7. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**
 - a.1) Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

a.1.1) **Sociedades empresariais em geral:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, acompanhados de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído.

a.1.2) **Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº. 6.404/76:** registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou publicados na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia; ou, ainda, em jornal de grande circulação editado na localidade em que está a sede da companhia;

a.1.3) **Sociedades simples:** registrados no Registro Civil das Pessoas jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

a.1.4) **As empresas constituídas á menos de um ano:** apresentarão deverão apresentar demonstrativo do Balanço de Abertura, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio da Licitante, acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário - estes termos devidamente registrados na Junta Comercial assinado pelo sócio-gerente ou diretor e pelo contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

b) Entende-se que a expressão “**na forma da lei**” constante no item a), no mínimo: balanço patrimonial e DRE, registro na Junta Comercial ou órgão competente, termos de abertura e encerramento).

c) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário devidamente formalizado e registrado.

d) A empresa optante pelo *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED* poderá apresentá-lo **na forma da lei**.

e) Entende-se que a expressão “**na forma da lei**” constante no item d) engloba, no mínimo:

- Balanço Patrimonial;
- DRE – Demonstração do Resultado do Exercício;
- Termos de abertura e de encerramento;
- Recibo de entrega de escrituração contábil digital; (Para efeito o que determina o Art. 2º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018);
- Comprovantes/termos de autenticações digitais (assinatura digital), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

OBS¹: A autenticação de livros contábeis das pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, poderá ser feita pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, por meio da apresentação de escrituração contábil digital, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda. (Art. 1º do Decreto Nº 9.555, de 6 de novembro de 2018).

f) As cópias deverão ser originárias do Livro Diário constante do SPED.

g) A Escrituração Digital deverá estar de acordo com as Instruções Normativas (RFB nº 1420/2013 e RFB nº 1594) que tratam do *Sistema Público de Escrituração Digital – SPED*. Para maiores informações, verificar o site www.receita.gov.br, no link SPED. Ficando a exigência de apresentação do Balanço Patrimonial do último exercício social, a ser apresentado no prazo que determina o art. 5º das Instruções Normativas da RFB, bem como o que determina a Jurisprudência no Acórdão TCU nº 2.669/2013 de relatoria do Ministro Valmir Campelo.



h) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 30 (trinta) dias.

19.8. DEMAIS EXIGÊNCIAS:

a) Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme modelo constante dos Anexos deste edital;

b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal.

19.9. Todos os documentos de habilitação exigidos nesse processo deverão ser apresentados, através do sistema da plataforma eletrônica, em original ou cópia autenticada, mesmo os documentos digitalizados, que devem retratar fielmente a condição do documento original ou autenticado. Caso o licitante contrarie ou deixe de apresentar qualquer uma dessas exigências, o mesmo será inabilitado.

19.10. Os documentos expedidos pela *Internet* poderão ser apresentados em **forma original** ou **cópia reprográfica sem autenticação**. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Pregoeira.

16.11. Será Inabilitado o licitante que não atender as exigências do edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentar, os documentos defeituosos em seus conteúdos e formas.

Guaramiranga/CE, 08 de setembro de 2026.

Francisco Walbert Felipe Silva Dantas
Ordenador de Despesas da Unidade Gestora da Secretaria da Educação
Prefeitura Municipal de Guaramiranga

ANEXO II –MODELOS DE DECLARAÇÕES

**DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**



Razão Social e ou Nome) _____, CNPJ e ou CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____. Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, sob as penas da lei, que não realiza trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988.

Por ser verdade, firmo(amos) a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

DECLARAÇÃO DE QUE SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(Razão Social e ou Nome) _____, CNPJ e ou CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____. Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO (Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO)**, sob as penas da lei, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, em _____ de _____ de _____.

(Nome e Número Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.: as declarações deverão ser emitidas em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

Pregão Eletrônico nº _____

Processo nº _____

Aos ____ dias do mês de _____ de 20____, a Prefeitura Municipal de Guaramiranga, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o n.º....., através da Secretaria de _____, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas, da Secretaria de _____ (Órgão Gerenciador), Sr.(a) _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, Processo Administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 057/2023, de 20/12/23 e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA COZINHA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRANGA/CE**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo ao Edital do Pregão Eletrônico nº _____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
Item	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Valor Total
1						

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a SECRETARIA DE EDUCACAO do Município de Guaramiranga/Ce.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



4.1 *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1 *apresentação de justificativa da vantagem da adesão;*

4.1.2 *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2 *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.3 A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6 A habilitação dos licitantes que comporão a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.7 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8 Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias, nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

5.10 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.6, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.11.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- 8.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- 8.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

SIGNATÁRIOS:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	Assinatura



Detentores do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	Assinatura



ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, COM A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A **Prefeitura Municipal de Guaramiranga**, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o n.º....., através da Secretaria de _____, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas, Sr(a). _____, doravante denominada de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º, com endereço na Rua, representada por seu sócio administrador, Sr., portador do CPF n.º, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Processo de Pregão Eletrônico n.º, em conformidade com o que preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- O presente contrato tem como fundamento o edital do **Pregão Eletrônico n.º _____** e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, e no Decreto Municipal nº 057/2023, de 20/12/23.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto é a

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1- A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (_____).

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. A CONTRATANTE se obriga a proporcionar ao(à) CONTRATADO(A) todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 14.133/21;

4.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



- 4.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 4.4. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- 4.5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 4.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 4.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;
- 4.8. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;
- 4.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Guaramiranga para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 4.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 4.11. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1-DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:** a) executar o fornecimento dos bens licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado no instrumento convocatório e no Anexo I, que faz parte deste instrumento, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência do fornecimento;
- c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar, nas mesmas condições do contrato, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei nº 14.133/21;
- g) a entrega dos produtos deverá ser efetuada de forma a não comprometer o funcionamento do fornecimento, e deverá cumprir o cronograma expedido pela SECRETARIA DE EDUCACAO do Município de Guaramiranga/CE.
- h) comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento do material, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Termo;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Termo de Referência, no Edital ou na Carta Proposta do Contratado, ou, quando for o caso, da amostra/protótipo, com o material entregue, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- p) providenciar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por sua conta e sem ônus para o MUNICÍPIO, a correção ou substituição, dos bens que apresentem defeito durante o período de garantia;
- q) prestar manutenção gratuita sobre todas as peças, componentes e acessórios dos bens objeto deste Termo, durante o prazo de garantia;
- r) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento objeto desta ata;



s) manter seus empregados, quando nas dependências do MUNICÍPIO, devidamente identificados com crachá subscrito pela CONTRATADA, no qual constará, no mínimo, sua razão social, nome completo do empregado e fotografia 3x4;

t) arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;

u) informar nas embalagens de transporte do produto, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, em letras de tamanho compatível, os seguintes dados: marca/fabricante, quantidade contida em cada caixa, número do Contrato, nº e data da Ordem de Fornecimento e o nome da fornecedora/fabricante;

v) manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos da Lei nº 14.133/21, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA.

5.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.2. Executar o objeto do Contrato, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos neste Termo Contratual e na proposta apresentada, a partir do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria de _____.

5.3. Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no processo.

5.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021).

5.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na execução do objeto contratual.

5.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

5.7. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela Secretaria de _____, não serão considerados como inadimplemento contratual.

5.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/21;

5.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;



5.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1- O prazo de vigência deste contrato é até **12 (DOZE) MESES**, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos no artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2- O objeto do contrato será recebido pelo liquidante na respectiva Secretaria de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de acordo com o Termo de Referência.

CLAÚSULA OITAVA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão realizados mediante a apresentação da Nota Fiscal e Fatura correspondente. A Fatura deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pelo Setor competente da Secretaria de _____, que atestará a execução do objeto contratado.

8.2. Caso o faturamento seja aprovado pela Secretaria de _____, o pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia útil após o protocolo da fatura pela CONTRATADO(A).

8.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLAÚSULA DÉCIMA - DA FONTE DE RECURSOS

10.1- As despesas em questão serão custeadas pela Dotação Orçamentária nº _____; Fonte: _____; Elemento de Despesas nº _____.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

11.1- Os preços são firmes e irrevogáveis;



CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;

12.2- A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3- As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

12.4- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas no art. 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/21:

- e) Advertência;
- f) Multa de 1,0 % (um por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- g) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.4 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.



CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DA RESCISÃO

14.1- A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.2- Em caso de rescisão prevista nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

14.3- A rescisão contratual de que trata o inciso I art. 137 acarreta as consequências previstas no art. 139, incisos I a III, ambos da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

15.1- O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por o representante da SECRETARIA DE EDUCACAO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1- Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas no art. 54 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSICOES FINAIS



19.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

19.2- Obrigação da contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1- Fica eleito o foro da Comarca de Guaramiranga, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Guaramiranga-CE, __ de _____ de _____.

(Nome do Ordenador de Despesas)
Secretaria de _____
CONTRATANTE

Nome do Representante da Empresa
Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF: